

SIG:06.2016.00005161-8

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**N. 0001/2021/02PJ/JAR**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 2ª Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul, representada neste ato pelo Promotor de Justiça Aristeu Xenofontes Lenzi, doravante designada como **compromitente** e o Município de Corupá, SC, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor Luiz Carlos Tamanini, doravante representado como **compromissário**;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias às suas garantias (CRFB/88, artigo 129 II);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, em face do disposto no inciso III do artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, ser o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção de direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de relevância pública as ações e os serviços atinentes, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do art. 197 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

instituído pela Lei n. 13.146/2015, estabeleceu em seu art. 8º que *“é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, [...], à acessibilidade, [...], entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico;*

CONSIDERANDO que *“os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental”* (art. 25 da Lei n. 13.146/2015);

CONSIDERANDO o que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos” (art. 61 da Lei n. 13.146/2015);

CONSIDERANDO que o art. 19, §1º, do Decreto n. 5.296/04 determina que *“A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. - §1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”*

CONSIDERANDO que os prazos estabelecidos no Decreto n. 5.296/2004 fluíram faz muito tempo, porquanto as adaptações deveriam ocorrer, segundo o Decreto, até meados de 2007 para o caso de edificações de uso público;

CONSIDERANDO que o art. 60, §1º, da Lei n. 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, dentre elas a NBR 9050:2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO que o planejamento estratégico do Ministério Público de Santa Catarina elegeu como prioridade a promoção de medidas para adequação das condições de acessibilidade dos postos e unidades básicas de saúde existentes nos municípios catarinenses, garantindo, assim, o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços de saúde;

CONSIDERANDO o diagnóstico realizado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor, dando conta das irregularidades existentes na estrutura física dos postos e unidades básicas de saúde existentes no município de Corupá, no que diz respeito à acessibilidade.

CONSIDERANDO os efeitos da crise econômica atualmente sofrida pelo país, que reduziram a capacidade de investimento do Poder Público e dificultaram, em todas as esferas de governo, o financiamento das ações e serviços de Saúde Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de um planejamento de longo prazo, tendo em vista que se tratam de obras para adequação de acessibilidade em vinte e quatro estabelecimentos de saúde, necessitando de adequação e previsão orçamentária;

CONSIDERANDO todos os elementos que constam do presente Inquérito Civil Público, especialmente os termos da reunião realizada na 2ª

Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul em data de 28/01/2021, na qual estiveram presentes a senhora Franciesca Lunelli, Secretária Municipal de Saúde, Assistência Social, Trabalho e Habitação de Corupá, o senhor Dr. Sandro Rogério Glatz, Advogado daquela municipalidade, representando o Prefeito Municipal, senhor Luiz Carlos Tamanini, além das Advogadas Dra. Rosana Maria Grossel e Dra. Heloisa Vasques, também representando o citado município, além do Promotor de Justiça firmatário, bem como, os documentos juntados aos autos após a citada reunião;

## **R E S O L V E M**

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, doravante designado **TERMO**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da ação Civil Pública), mediante as seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

O Município de Corupá compromete-se a não mais construir ou locar espaços para estabelecimentos de saúde sem que se obedeça às Normas Técnicas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Decreto nº 5.296/04, a Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor;

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Apesar de algumas adequações já realizadas no prédio do NASF ( denominado nos autos como NASF2 ), há necessidade de substituição dos apoios de pvc por apoios de alumínio, a troca do modelo de lavatório, da caixa acoplada e do assento sanitário, que necessita de uma instalação diferenciada, demandando inclusive quebra e substituição do piso;

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Em relação ao prédio do PSF2, de propriedade do município de Corupá, o qual foi inaugurado pela administração anterior em fins de dezembro de 2020, sem estar devidamente finalizado, necessitando de algumas obras de adaptação e de equipamentos;

### **CLÁUSULA QUARTA**

Considerando que para ultimar todas as obras que são necessárias para o atendimento integral das exigências de acessibilidade dos prédios do NASF e do PSF2 é necessário um prazo de doze meses, solicitado pelo município de Corupá, com o qual concorda o Ministério Público;

### **CLÁUSULA QUINTA**

Compromete-se o município de Corupá a realizar todas as obras nos prédios do NASF e do PSF2, no prazo de doze meses, a contar da data da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, adaptando-os às exigências contidas nas normas técnicas de acessibilidade pertinentes, no Decreto nº 5.296/04, na Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor.

### **CLÁUSULA SEXTA**

O município de Corupá compromete-se a cada noventa dias encaminhar à 2ª Promotoria de Justiça fotografias das obras a que ficou obrigado a realizar, bem como, outros documentos que comprovem o seu andamento e realização;

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

No prazo de 10 (dez) dias após finalização do projeto de acessibilidade de cada uma das obras a que ficou obrigado, o município de Corupá

deverá apresentar ao Ministério Público o documento subscrito por profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura ou correlatas, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe, atestando que as edificações onde funcionam o NASF e o PSF2 atendem integralmente às normas técnicas que tratam da acessibilidade;

### **CLÁUSULA OITAVA**

O Município de Corupá compromete-se a criar uma comissão com três servidores efetivos, com finalidade de acompanhar o cumprimento do presente termo de ajustamento de conduta, comunicando o nome e o cargo de seus integrantes à 2ª Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul;

### **CLÁUSULA NONA**

O município de Corupá se compromete, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas descritas acima, a pagar, a título de multa por evento, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, a serem revertidos ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, assim que notificado acerca da mora, sem prejuízo da propositura de execução das obrigações de fazer assumidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

Considerando a assinatura do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, com efeitos cíveis, reputa o Ministério Público inexistir outros danos coletivos e difusos, tampouco interesse material ou processual capaz de justificar a propositura de ação civil pública contra o COMPROMISSÁRIO, razão pela qual se obriga a formular a adequada promoção de arquivamento do ICP, a ser remetida ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias contados da efetiva ciência do investigado acerca do arquivamento. Cumpre mencionar que desde a data da assinatura do presente TAC este já produzirá os seus jurídicos efeitos entre as partes, devendo ser publicado para produzir efeitos contra terceiros.

As partes elegem o foro da comarca de Jaraguá do Sul/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente acordo.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2021.

Aristeu Xenofontes Lenzi  
Promotor de Justiça

Luiz Carlos Tamanini  
Prefeito Municipal

Franciesca Lunelli  
Secretária da Saúde, Assistência Social Trabalho e Habitação

Dr. Sandro Rogério Glatz  
Procurador do Município  
OAB/SC 39.328

**Testemunhas:**

Gislaine Mohr  
Assistente de Promotoria de Justiça

Dra Heloisa Vasques  
Advogada

Rosana Maria Grossl  
Advogada